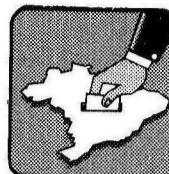


DEBATE/O papel do Senado

A grande dúvida parlamentarista

BRASÍLIA — O ponto de maior divergência entre os parlamentaristas é o papel a ser desempenhado pelo Senado, caso o plebiscito de 21 de abril determine a troca de sistema. Numa estratégia política, a Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães não definiu em sua proposta de emenda as



atribuições dos senadores. A polêmica sobre o assunto gerou três correntes de pensamento: a que defende a extinção do Senado, a que propõe a limitação do seu papel e outra favorável à manutenção das atuais funções e prerrogativas.

O deputado parlamentarista Paulo Paim (PT-RS) é autor de um projeto de emenda

constitucional que propõe a extinção do Senado, deixando o Poder Legislativo a cargo da Câmara dos Deputados. Seu argumento a favor do Congresso unicameral é que a atividade legislativa será mais ágil e eficiente. Mas o também parlamentarista senador Esperidião Amin (PDS-SC), defende a manutenção do poder bicameral. Sua proposta é que no parlamentarismo o Se-

nado deixe de apreciar os projetos do programa de governo para não haver choque com a Câmara, a quem cabe apoiar o primeiro-ministro.

Como não há uma proposta de consenso, a definição do papel do Senado promete ser a grande discussão durante a revisão constitucional em outubro.

O GLOBO — O funcionamento do Senado não é incompatível com o parlamentarismo?

PAULO PAIM — Um estudo feito em 1980 em 160 países verificou que 39 deles são bicamerais e 74 unicamerais. O Senado não é incompatível com o parlamentarismo, nem com o presidencialismo, mas se o sistema for unicameral o processo legislativo será mais rápido e consequente. Hoje, os projetos passam por diversas comissões, vão ao plenário da Câmara e depois para o Senado e suas comissões e, em seguida, retornam à Câmara.

ESPERIDIÃO AMIN — A existência do Senado não é incompatível com o parlamentarismo. Defendo a municipalização e o federalismo no Brasil. O federalismo reclama a existência do Senado.

O GLOBO — Qual será o papel do Senado no sistema parlamentarista?

PAIM — Minha proposta é que acabe o Senado, que hoje tem o papel de câmara revisora. O objetivo do meu projeto é pelo menos levantar o debate sobre duas questões. Uma é limitar os poderes do Senado, atualmente com muito mais poderes do que a Câmara. Ou seja, 81 senadores têm mais poder do que 503 deputados, número que também considero excessivo. O melhor seria a mesma proporção. Quando se vai apreciar um voto presidencial o voto de um senador vale o de oito deputados. Se a Câmara acha que o voto deve ser derrubado, basta que no Senado 41 senadores digam que não e acabou.

AMIN — O voto de um senador vale mais do que o do deputado porque ele foi eleito numa eleição majoritária e o deputado na proporcional.

PAIM — Isso vai continuar eternamente se não acabarmos com o bicameralismo. A outra questão com a qual não concordo é por que o mandado senado tem que ser de oito anos e o do deputado de quatro anos. Quem defende o sistema unicameral entende que os dois sejam eleitos na mesma época.

O GLOBO — A proposta parlamentarista estabelece mandatos diferentes para o



'Voto de senador vale mais do que o do deputado porque ele foi eleito em pleito majoritário e o deputado em proporcional,'

Esperidião Amin



'Quando se vai apreciar um voto presidencial, o voto de um senador vale o de oito deputados. Isso vai continuar se o bicameralismo não acabar,'

Paulo Paim

presidente (seis anos), deputados (quatro) e não esclarece a situação dos senadores. A não coincidência dos mandatos não pode causar falta de apoio político ao governo?

AMIN — No presidencialismo, sim, porque é o presidente quem governa. Mas no parlamentarismo não existe governo sem maioria, tanto que se criou o voto de desconfiança construtiva. O primeiro-ministro para ficar tem que mostrar que tem maioria. E irrelevante o tamanho dos mandatos no parlamentarismo.

PAIM — Poderia haver problemas no parlamentarismo se houver um aumento de poderes do presidente. Há uma tendência entre os parlamentaristas de dar mais poderes ao presidente eleito pelo voto direto, para se chegar a um equilíbrio maior. Aí pode dar um impasse. Estou sentindo que para o parlamentarismo passar no Brasil haverá um grande acordo político para que o presidente não seja uma rainha da Inglaterra.

AMIN — O eleitor vai ter que votar no parlamentarismo sa-

bendo que o presidente não vai governar. Senão estaremos mentindo para ele ou criando um parlamentarismo com impasse.

O GLOBO — A proposta parlamentarista não esclarece o papel do Senado numa estratégia política para evitar incompatibilização com os senadores?

AMIN — Esta proposta é a chamada máxima denominador comum, ou seja, é o maior número para reunir e não para diminuir. Porque se fôssemos para o mínimo denomina-

dor comum seriam tantas as divergências que haveria divisão. Esta talvez tenha sido a grande contribuição do Ulysses: "Diga menos para ferir menos gente". O Lula diria "menas gente".

O GLOBO — Os defensores do poder bicameral acham que o Senado também deverá ser dissolvido a exemplo da Câmara. Isso é viável?

AMIN — Não. Pela nossa proposta, que não é um dogma, o que é dissolvido é a Câmara porque ela decide sobre o dia-

a-dia da administração. O Senado deverá ficar guardado só para as questões de federação. Não é ele que aprova o governo e, por isso, não é suscetível. Ele só existe porque mantemos a federação. Nos Estados Unidos, onde existem 50 estados, além do bicameralismo federal, 49 estados também são bicamerais. Têm Senado estadual.

PAIM — Como eu sou parlamentarista defendo o unicameralismo. No parlamentarismo as grandes questões nacionais serão debatidas na Câmara, onde se escolhe o primeiro-ministro. O não entendimento entre os partidos que o apóiam pode levar à dissolução da Câmara. Isto é um instrumento a mais que fortalece a tese do Congresso unicameral.

O GLOBO — Como seria o processo de extinção do Senado?

PAIM — Acho que o tema deve ser bastante discutido e negociado. Sou contra qualquer tipo de cassação (inclusive a da Erundina). Pela minha proposta, os senadores eleitos diretamente continuariam como deputado federal durante um período transitório. Em 1994, haveria eleição para deputado. Se ainda houver senadores eleitos pelo voto proporcional ficariam como deputados. Isso não aumentaria o número de deputados de cada estado. O Rio Grande do Sul, por exemplo, tem três senadores. Se eles tivessem mais quatro anos, o estado elegeria só 28 deputados.

AMIN — Não concordo com a extinção do Senado. O Senado no parlamentarismo exerce uma função menos ambiéntal. Cumpre o papel peculiar da federação. São exemplos a Índia e a Alemanha. Na França, não existe Senado porque não há federação. O parlamentarismo tem um caminho a percorrer rumo ao voto distrital e à limitação de partidos. Na Câmara, o princípio será one man, one vote, que é da raiz da democracia. O contrapeso à sub-representação dos estados hoje é o Senado. O Senado não vai interferir no plano de governo que é aprovado pela Câmara. Temas como a revisão do Código Civil, o limite de endividamento das unidades da federação seriam países mantidos.